

RELATÓRIO DA REUNIÃO DA CÂMARA TEMÁTICA DE MOBILIDADE A PÉ

Local: Barão de Itapetininga, 18 - Térreo

Data: 13/04/2017

Hora: 17h30-19h

Participantes:

PODER PÚBLICO
André Castro – SMT
Carolina Cominotti – SMT
Daphne Savoy – CET
Edison Passafaro – CET
Leonara Cautana – SPTrans
Lili Bonustein – CET
Mário L. Fanucchi – CET
Nancy Schneider – CET
Rosemeiry Leite – CET
Suzana L. Nogueira – CET
Telma M.G.P. Micheletto – CET
Tuca Munhoz – SPTrans

MEMBROS DA CÂMARA TEMÁTICA DE MOBILIDADE A PÉ
Ana Carolina Nunes
Élio J.B. Camargo
Alexandre A. Moreira
Leticia Albino
Helena N. Degreas
Mila Guedes
Andrew J. P. de Oliveira

OBSERVADORES
Valmir de Souza
Luciana Trindade de Macedo
Sandra Ramalhão

FALA 1

Interlocutor: Ana Carolina Nunes

Iniciou a reunião passando a palavra para o Andrew para apresentar um vídeo referente a Campanha "Calçada Cilada" da Corrida Amiga.

FALA 2

Interlocutor: Andrew Oliveira

A Campanha "Calçada Cilada" é uma interface entre a voz do cidadão e o Poder Público, com objetivo de mobilizar a sociedade para os problemas das calçadas, todos são chamados a participar, agentes públicos e privados, todos andam a pé, tornar a cidade acessível, ninguém é invisível. A Campanha tem um aplicativo, o "COLAB" onde a população pode monitorar, fiscalizar os problemas e publicar. Em 2017 a Campanha teve início com várias cidades mobilizadas, como Brasília, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo com mapeamentos de calçadas ciladas e verificação de problemas tais como rampas de acessibilidade ocupadas por veículos e também ausência da mesma. Ao final da apresentação agradeceu e solicitou que todos os presentes divulguem a Campanha.

FALA 3

Interlocutor: Ana Carolina Nunes

Passamos então para a pauta principal da reunião, nosso intuito é melhorar a rede de calçadas e no programa de metas existe o Programa Calçada Nova, ficamos sabendo da existência da Comissão Permanente de Calçadas e gostaríamos de saber o que está sendo feito, para que esta Câmara possa participar e acrescentar.

FALA 4

Interlocutor: Carolina Cominotti

O Programa não é da SMT e sim da Secretaria das Prefeituras Regionais, envolve todas as pastas que atuam na rua, algumas pessoas da SMT estão participando da Comissão. No início era um grupo de 40 pessoas que se conheceram para reunir expertises e saber como contribuir. Como não é um Programa da SMT não podemos apresentar, o melhor seria solicitar uma apresentação na reunião ordinária do CMTT. Os presentes Edison e Mário que fazem parte da Comissão e participaram da primeira reunião podem falar um pouco à respeito.

FALA 5

Interlocutor: Edison Passafaro

O Programa começou nesta gestão, conhecendo a dificuldade de diálogo com agentes do poder público, cada Secretaria é um feudo, houve várias tentativas para criação do Programa Calçada Nova com participação da Sociedade Civil, o grupo começou grande, discutindo ações antigas e foi enxugado para um grupo menor. A calçada de soleira a soleira é de responsabilidade da Municipalidade, as Concessionárias abrem e fecham buracos, os Municípios são colocados como responsáveis pelas suas calçadas e cada um faz de um jeito. Estamos caminhando para um gestor da calçada, com um formato mais técnico, econômico e atrativo, criar uma padronização que sirva de cultura para a Sociedade Civil. Na primeira reunião a SP Negócios participou e falou da criação de um atrativo para as várias empresas concessionárias. Em relação a participação na Comissão, entidades atuantes, agentes com expertises podem participar. A Calçada Cilada é um problema que não será resolvida da noite para o dia, mas podemos começar nesta gestão para que continue nas próximas.

FALA 6

Interlocutor: Mario Fanucchi

Estamos tentando unificar projetos e compilar a legislação sobre o assunto.

FALA 7

Interlocutor: Carolina Cominotti

Encaminhei documentos com a legislação existente para ser discutido juridicamente, mas novamente gostaria de dizer que como se trata de um projeto grande de competência das Prefeituras Regionais o melhor encaminhamento seria apresentar ao CMTT e aí sim com a presença dos Secretários e as Chefias competentes no assunto.

FALA 8

Interlocutor: Nancy Scheneider

Eu participei do grupo maior que estava perdido, não tinha um consenso. Eu acredito muito no grupo atual com o Edison, a Carolina e o Mário representando a Secretaria.

FALA 9

Interlocutor: Edison Passafaro

Buscamos a consolidação da legislação e nesse item é importante a participação dessa Câmara, precisamos saber quem é o responsável pelos problemas, saber quem cobrar, quem vai consertar o buraco, é difícil lidar com as Concessionárias que estão aí há décadas.

FALA 10

Interlocutor: Luciana Trindade de Macedo

No ano passado no projeto de revitalização das calçadas no Centro, a Rua Sete de Abril foi toda refeita e utilizou como opção, caso fosse necessário alguma manutenção, o bloco intertravado, é uma ideia para se pensar, apesar de não ser uma boa solução para cadeira de rodas.

FALA 11

Interlocutor: Edison Passafaro

Comentou que no projeto da Rua Sete de Abril gastou-se muito dinheiro e o resultado ficou aquém do esperado.

FALA 12

Interlocutor: Mario Fanucchi

Já existem duas propostas para unificar um modelo padrão, por isso montar as concessionárias, obrigar qualquer um que for refazer ou reformar utilizar o concessionário, legalmente ainda não se sabe como será feito.

FALA 13

Interlocutor: Luciana Trindade de Macedo

Como cidadã eu penso que as Concessionárias, financeiramente podem patrocinar essa revitalização das calçadas. A responsabilidade de arrumar os problemas causados deve ser das Concessionárias, mas precisa de um modelo.

FALA 14

Interlocutor: Alexandre A. Moreira

Gostaria de saber como ficou a composição da Comissão menor, para ficar permanente precisa envolver a Sociedade Civil dentro do formato legal. Vamos entregar a nossa análise do plano de metas em que se fala uma série de coisas sobre calçadas e também queremos fazer parte dessa Comissão, vamos brigar para participar.

FALA 15

Interlocutor: Valmir de Souza

Fiz análise de algumas normas da ABNT, existem várias falhas, evidente sempre se privilegia o fabricante, estamos montando uma Comissão para fazer uma revisão das normas de acessibilidade e gostaríamos também de fazer parte dessa Comissão, para trazer as falhas e criar normas sobre calçadas que não existem.

FALA 16

Interlocutor: Helena N. Degreas

Acessibilidade não é só o buraco, tem a distribuição do mobiliário e equipamentos que cada um coloca na rua.

FALA 17

Interlocutor: Carolina Cominotti

De acordo com o decreto 57.627/2017 – artigo 2º, são 12 cadeiras na Comissão Permanente de Calçadas, os nomes serão divulgados via Portaria no Diário Oficial do Município. Quando for publicado a Portaria com os nomes divulgaremos para o CT da Mobilidade a Pé.

FALA 18

Interlocutor: Ana Carolina Nunes

Podemos pleitear a criação de uma cadeira para a Sociedade Civil?

FALA 19

Interlocutor: Edison Passafaro

Sem dúvida nenhuma qualquer reivindicação da Sociedade Civil será ponderada, não gostaríamos que vocês pensassem que somos porta vozes da Comissão, quem responde por ela é a Secretaria das Prefeituras Regionais, então encaminhem um ofício para a Coordenação para ser analisado e discutido.

FALA 20

Interlocutor: Valmir de Souza

O Conselho precisa ser ouvido, ir lá só para escutar não cabe.

FALA 21

Interlocutor: Leticia Sabino

Quanto ao Programa Pedestre Seguro, como está interagindo com a calçada? todo domingo tem uma ação de calçada(mutirões) sem nenhuma estratégia e o Programa ainda está sendo discutido. Duas pesquisas apontam que 60% responderam que a responsabilidade da calçada é do Poder Público.

FALA 22

Interlocutor: Edison Passafaro

A ideia da Comissão enxuta, é ter as Secretarias mais diretamente envolvidas no processo executivo, com diálogos abertos também com outras Secretarias e Sociedade Civil nos momentos oportunos.

FALA 23

Interlocutor: Ana Carolina

Considerações: eu não acho que temos que solicitar que o programa seja apresentado, se a SMT está envolvida já é motivo para esta pauta; queremos participar dos pontos específicos da CT de Mobilidade a Pé; é de suma importância o planejamento da infraestrutura da mobilidade a pé para se integrar, não faz sentido dar um banho de loja nas calçadas e não repensar as travessias. Eu pessoalmente, principalmente Cidade a Pé vê com temor criar um atrativo para Concessionárias, tem que ser obrigação. A Prefeitura sempre fica com o ônus, as Concessionárias tem que ser responsáveis pelos problemas.

FALA 24

Interlocutor: Tuca Munhoz

O subsolo é responsabilidade da União, todas as tentativas de intervir do Poder Público Municipal foram consideradas pelo Supremo como ganho de causa das Concessionárias.

FALA 25

Interlocutor: André Castro

Acompanhei um pouco o processo de criação do grupo, precisa montar um estratégia, a maior preocupação é ter uma meta, criar uma padronização para se decidir como será feito o atrativo para as Concessionárias. O orçamento deve ir para as áreas sem condições. Os bairros com condições poderiam viabilizar os bairros sem condições.

FALA 26

Interlocutor: Edison Passafaro

Um o passo importante foi dado: criaram a Comissão.

FALA 27

Interlocutor: Carolina Cominotti

Inclusive a criação da Comissão contempla uma solicitação antiga dessa CT de Mobilidade a Pé.

FALA 28

Interlocutor: Nancy Schneider

A gestão das calçadas é uma atribuição da Secretaria das Prefeituras Regionais, a CET tem uma cadeira na Comissão. O Programa Pedestre Seguro está dentro das atribuições da CET e não faz parte a pavimentação das calçadas. O Programa é uma Rede do Caminhar, que depois de montado será levado para a Comissão, estamos em fase de levantamento da Rede e a Secretaria das Prefeituras Regionais está verificando como viabilizar. O Programa Mutirão tem que acontecer enquanto os Programas estão sendo formados, não pode parar.

FALA 29

Interlocutor: Élio

Pior que o estado das calçadas é a inexistência delas. O que me estranha é a incapacidade da Prefeitura através das Prefeituras Regionais de fiscalizar, sendo que existe uma lei que precisa ser cumprida. Temos que participar da Comissão desde o início e não no final.

FALA 30

Interlocutor: Edison Passafaro

Concordo que a municipalidade, até hoje, e pode continuar assim, não teve competência de fiscalizar as calçadas, ações não atingem os objetivos dos municípios. A Prefeitura não tem verba para resolver os problemas e nem perna para fiscalizar, então o mecanismo é criar um atrativo para o gestor das calçadas, responsável pela execução, manutenção e acompanhamento. Criar uma política de estado que as próximas não quebrem o processo.

FALA 31

Interlocutor: Edison Passafaro

Nós temos em São Paulo uma política pública de planejamento e manutenção do transporte motorizado individual que funciona muito bem, a CET cuida disso e poucos podem reclamar da qualidade. Essa política não conta com a Sociedade Civil e nem com empresa privada financiando, o povo financia. Quando se planeja o pedestre, a calçada, etc. tem que se financiar, ter empresa privada e Sociedade Civil, cabe então um paralelo – Porque um lado funciona tão bem? Precisa dividir melhor as questões e repensar alguns gastos, analisar o que existe. A ciclofaixa usou orçamento público, tem dinheiro, precisa equacionar.

FALA 32

Interlocutor: André Castro

Existe uma cultura da Sociedade de aceitação, precisa mudar, criar condições para as pessoas enxergarem.

FALA 33

Interlocutor: Ana Carolina Nunes

Finalizou a reunião com 02 encaminhamentos:

1) Protocolar pedido de criação de uma cadeira para a Sociedade Civil na CPC e se aceito decidir quem irá representar;

2) Agendar reunião devolutiva de metas.

Sendo só para o momento, a reunião foi encerrada.

Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes – SMT

São Paulo, 13 de abril de 2017.

Departamento de Relações Públicas – DRP
Gerência de Marketing e Comunicação – GMC